



REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O LAZER E OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

César Miranda Mendes¹, Pedro Henrique Bruno Martins², Tânia Peres de Oliveira³

RESUMO: O lazer na modernidade ocupa lugar de destaque tanto nos estudos acadêmicos quanto na gestão pública das cidades. A industrialização e as horas controladas de trabalho, possibilita que o sujeito tenha horas disponíveis destinada entre outras atividades a prática do lazer, ou seja, realização de práticas que lhe dão prazer. Neste sentido, cabe ao Estado zelar pelo bem-estar da população fornecendo espaços do quais os sujeitos possam se apropriar de forma gratuita para o exercício do lazer, assim sendo, é dever do Estado propiciar os espaços públicos para socialização. A discussão sobre os espaços públicos se apresenta de forma transversal nas ciências ocupando grande discussão entre sociólogos, geógrafos e urbanistas. A complexidade que envolve o conceito é entendida quando se nota as diversas possibilidades de abordagens quanto ao seu teor político, social e também, quanto às condições de acessibilidade. Interessa-nos neste trabalho, apresentar algumas abordagens relacionadas aos conceitos de espaço público e de lazer na visão de alguns autores. Como metodologia foi utilizada neste estudo o levantamento bibliográfico por meio de artigos, teses e livros com base em diversos autores que abordam a temática. Procuramos aqui problematizar o debate sobre os conceitos a partir da contribuição de diferentes áreas do conhecimento;

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Espaço público; Lazer.

1 INTRODUÇÃO

O lazer tem sido uma temática discutida nos mais variados níveis da sociedade, seja em âmbito acadêmico ou nos setores das administrações públicas, este é um fenômeno de extrema importância já que trata-se das práticas sociais e culturais fundamentais para a formação cidadã e humana dos sujeitos.

O campo de estudos sobre o lazer se constitui por uma gama de possibilidades de análises e de interpretações. Esta possibilidade se faz mediante ao contexto histórico escolhido e ao público para qual a pesquisa está direcionada. Neste contexto, o presente trabalho apresenta uma discussão sobre a conceituação de lazer em virtude do desenvolvimento da industrialização, em outras palavras, o lazer praticado em decorrência do tempo livre conquistado mediante as horas de trabalho.

Para Dumazedier (2000), o lazer refere-se ao período em que o indivíduo encontra-se livre de suas obrigações, passando a ser momento destinado a realização de práticas que transfere a sensação do prazer.

No entanto, somado ao momento destinado ao lazer, tem-se a emergência pela valorização dos espaços públicos que propiciem a prática do entretenimento, mas principalmente, da socialização. Tais ações se tornam importantes tendo em vista que são garantidos constitucionalmente os direitos sociais e o direito ao lazer, cabendo assim ao Estado, propiciar tais condições sociais.

A definição do conceito de espaço público pode envolver diferentes sentidos, resultado da complexidade que abrange o termo. Como destaca Castro (2002), as modificações nos estatutos urbanos ocorridos ao longo dos anos junto às novas práticas sociais, resultam em novas formas de abordagens sobre os espaços públicos, sobretudo quando se discute sua função integradora em meio à cidade. Para Bortolo (2013) no final do século XIX na Europa, é desenvolvido as primeiras políticas de espaço público visando o embelezamento e monumentalização de partes das cidades.

Na visão de Gomes (2006) a característica que define o espaço público é a relação direta com a vida pública. Para o autor, o espaço público é entendido também como o local do discurso político, ou seja, é onde os problemas se apresentam, são debatidos de forma horizontal, e confrontados à opinião pública, sendo por fim resolvidos. Para ele, um dos problemas da sociedade foi a transformação do público em apáticos espectadores pela ação de governantes e da mídia. Desse modo, um dos desafios hoje, é reconquistar o espaço público como lugar da participação ativa nas cidades.

A partir destas ideias, e, tendo em vista a importância deste debate voltado ao planejamento das cidades. O objetivo desta pesquisa foi trazer diferentes interpretações sobre os espaços públicos e o lazer. Para isso apresentamos algumas discussões em diferentes áreas das ciências sobre os conceitos. Em relação ao lazer, foram utilizados dentre outros autores para a construção do pensamento, as ideias de Dumazedier (2000),

¹ Professor do Departamento de Geografia e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá – PR. E-mail: cmmendes@wnet.com.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá - PR. Professor da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. E-mail: pedromartins114@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá - PR. E-mail: tani.peres@gmail.com



Marcellino (1995), Mascarenhas (2001), Mimoso (1998), quanto aos espaços públicos, consideramos as ideias de Castro (2002), Bortolo (2013), Gomes (2006), Sobarzo (2004) e Silva (2009).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da referida pesquisa utilizou-se como metodologia o levantamento bibliográfico, como forma de prospecção das informações. A principal característica/objetivo deste tipo de metodologia é a de investigação por meio de documentos.

A pesquisa bibliográfica tem como base os aportes de diversos autores que trabalham a temática estudada, não sendo tratado como menos importante as fontes secundárias.

Outro ponto de extrema importância é o planejamento da pesquisa. A pesquisa bibliográfica requer cuidados especiais, pois necessita para seu sucesso, de um conjunto sistemático de procedimentos aos quais possibilitam encontrar as respostas para a problemática da pesquisa, desta forma, deve-se atentar ao objeto de estudo, não realizando buscas aleatórias (LIMA; MIOTO, 2007).

Diante o exposto a pesquisa foi iniciada por meio da separação do material para leitura, neste momento foram utilizados, principalmente, livros e artigos de revistas e sítios da internet, sendo este último, pesquisado apenas em sites de relevância acadêmica e científica. Após isso, foi realizada uma leitura de caráter exploratória, para obtenção de maior conhecimento possível quanto a temática em questão, posteriormente, a leitura foi direcionada de forma seletiva, neste momento, houve a separação do material que realmente seria necessário para dar início a leitura reflexiva e posteriormente interpretativa.

Por fim, o próximo passo constituiu-se na redação da pesquisa, seguindo o objetivo e a problemática, sendo então, estruturado em duas etapas: primeiramente o pensando quanto ao lazer, a sua compreensão conceitual; as suposições quanto à origem histórica do lazer; a influência da industrialização na vivência do lazer e em suas funções básicas.

Na segunda etapa visamos o levantamento acerca do conceito de espaço público procurando evidenciar: a problemática na sua definição conceitual; a relação do espaço público com a vida pública; as características e potencialidades destes espaços como áreas de integração nas cidades além de entender as modificações ocorridas nos espaços públicos e suas implicações na vida social da população urbana.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os que se debruçam a compreender o lazer e as suas implicações encontram em seu caminho uma série de divergências que variam desde a sua conceituação, sua origem e reais funções.

Mediante as vastas conceituações, optamos por ter entre os autores que norteiam esta pesquisa, as construídas por Joffre Dumazedier e Nelson Carvalho Marcellino, a escolha deu-se pelo enfoque na visão de lazer atrelada ao trabalho dada pelo primeiro autor, e pelas considerações do segundo quanto a especificidade abstrata e a especificidade concreta do lazer.

Ao conceituar o lazer Dumazedier (2000 p. 34) cita que:

[...] O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais [...].

Para o autor, o lazer em sua totalidade possui uma conotação de liberdade, de livre escolha; caráter desinteressado, que não se constitui por um fim lucrativo, caráter hedonístico, de satisfação; caráter pessoas, onde as expectativas possam superar quaisquer necessidades. Dumazedier (2000), ainda define as possibilidades de lazer em quatro classificações: o lazer ao final do dia, ao final de semana, do final do ano e fim da vida. Nesse sentido, o conceito de turismo para o autor, seria aplicável aos eventos de lazer, principalmente no que tange ao lazer em sua totalidade. Na realização destes eventos, a pessoa atuante reuniria todas as características citadas pelo autor e praticaria o lazer de acordo com o seu tempo disponível, e sua fase da vida.

Já Marcellino (1995) acredita que o lazer está diretamente vinculado a cultura, sendo assim, compreendido como cultura vivenciada, praticada ou fruída no tempo disponível, sendo que, é esta disponibilidade de tempo que propicia a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

De acordo com Marcellino (1995), o lazer deve ser entendido mediante à duas considerações, uma delas está diretamente ligada ao que tange o abstrato e a outra ao concreto. Em outras palavras, a compreensão do lazer unicamente em sua vertente abstrata determina a não consideração do conjunto de condicionantes, políticos, sociais, econômicos e culturais entre outras, que tendo como suporte implicações sócio-econômicas, contribui, mesmo que de forma disfarçada, as disparidades quanto à apropriação pelo capital do tempo disponível do trabalhador, isso em termos tanto quantitativos como qualitativos.



Mascarenhas (2001) tem o lazer como o exercício da liberdade e considera que o contexto em que o lazer emerge ocupa um lugar importante na sociedade e o constitui como: “Um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre o capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” Mascarenhas (2001, p.92).

As indefinições quanto a origem do lazer também são evidentes e bastante discutidas entre os autores da área.

Nas antigas civilizações, o lazer era exercido apenas por nobres da sociedade que ostentavam os seus momentos de ócio, como forma de tornar visível o seu tempo livre, posteriormente foram os burgueses que passaram a dar importância aos momentos livres.

Diante o exposto, alguns autores, acreditam que o lazer nasce nas fases mais antigas da história humana. Segundo o autor, o ócio significa não estar preso às ocupações. Todavia, não existe um consenso entre os pesquisadores sobre quando exatamente ocorreu o surgimento do lazer.

Partindo do pressuposto de que o lazer ganha sua forma por meio da ideia clássica do ócio, onde o labor é encarado como não necessário, este perde sua força ao longo da história na medida em que surge a industrialização e seus avanços, passando o lazer a ser vivenciado em decorrência do número de horas trabalhada, ou seja, “tempo livre do trabalho”.

Cabe ressaltar que a origem do lazer vinculada ao trabalho tem sido a mais aceita. Assim o lazer teria nascido no século XVIII, quando houve as transformações em virtude do processo de revolução industrial, o que culminava em delimitações rígidas quanto a jornada de trabalho.

Ao longo dos anos juntamente com a evolução dos tempos modernos, o homem passou a ver novos significados e representações em seu tempo designado a cada uma de suas atividades. Este tempo pode ser classificado em três momentos distintos como, o tempo de trabalho, tempo de descanso e o tempo livre, sendo que este último é destinado a atividades de lazer.

O tempo do trabalho e o de lazer são ocupações desacompanhadas em tempos distintos, sendo que o seu grau de importância se dá, dentre outros fatores, por questões que envolvem os costumes e os usos da sociedade da qual o sujeito faz parte (MIMOSO, 1998), e nesse sentido, o que se nota mais comumente é associar o tempo de trabalho a ideia de uma ordem e compromisso na qual obterá lucro e ao tempo destinado ao lazer, tem-se a noção inversa como a de, gastos desnecessários, desordem e confusão (ROJEK, 1983 *apud* MIMOSO 1998). Em suma, tem-se o entendimento do tempo do trabalho como o correto a ser praticado, e o tempo do lazer como desnecessário ou incorreto.

No entanto a sociedade passa por transformações na qual tem-se uma melhor definição quanto ao período do tempo de trabalho, e transformações no que tange a mentalidade da população resultando em uma mudança na postura social (MIMOSO, 1998). Neste contexto, o trabalho visto anteriormente como o elemento essencial da vivência humana, tendo em vista que considerado como mantenedor da sobrevivência do indivíduo, passa a ser compreendido como um facilitador ao qual possibilita o bem-estar e o aproveitamento dos períodos de lazer.

Para Dumazedier (1962), o lazer assume três funções básicas, sendo a primeira de desconstrução, a segunda de divertimento, e a terceira de desenvolvimento pessoal. As pessoas procuram, por meio de momentos de lazer, abstrair-se de problemas e outras situações desagradáveis que fazem parte de sua vida cotidiana, passando, por meio desses momentos de lazer, obter a sensação de prazer e bem-estar.

O período destinado ao lazer, se caracteriza então por ser um período a ser vivenciado fora das obrigações, ou seja, se trata de atividades realizadas por livre vontade. Neste momento o indivíduo opta por atividades esportivas, ou a socialização em locais de consumo ou públicos (MIMOSO, 1998).

O entendimento sobre os espaços públicos se apresenta um tema transversal nas ciências, e está no centro das discussões dos planejadores urbanos. No entanto, a diversidade de interpretações demonstra a complexidade que abrange o termo, sendo tarefa difícil a sua conceituação. Gomes (2006) ainda nos trás um impasse para a conceituação de espaço público, sendo a ideia de ser simplesmente determinado pela condição de livre acesso. Nas palavras do autor:

Esta concepção peca pelo fato de não distinguir público de coletivo ou comum, ou seja, a simples característica de ter um acesso livre não configura um estatuto público ao espaço (GOMES, 2006, p. 160).

Do ponto de vista sociológico, Castro (2002) se refere que a ideia de público não é algo inerente a um espaço, para a autora “o espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social, ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso” (CASTRO, 2002, p. 54). A autora salienta que o abandono dos espaços públicos nas cidades foi conduzido pelo urbanismo operacional no início do século XX, obedecendo a uma lógica operacional e funcional. “A forma urbana não era gerada a partir da produção de uma estrutura de espaço público, mas resultava de uma ocupação funcionalista do solo sob a forma de zonas especializadas e de figuras em rede” (CASTRO, 2002, p. 56). Outro autor que contribui para a discussão, porém do ponto de vista geográfico, Bortolo (2013) destaca que a produção dos espaços públicos gera uma demarcação física e simbólica nas cidades, e estas delimitações definem usos e funções. Dessa forma, é evidenciado o potencial existente nestes locais enquanto áreas de socialização e integração. Conforme o autor:



Considerado em diferentes dimensões e em diversos centros urbanos, o espaço público além de proporcionar lazer, na maioria das vezes, busca garantir a inclusão dos seus diferentes usuários a partir de suas inúmeras funções desempenhadas e seus distintos papéis no espaço da cidade. Tais espaços possuem grande importância no contexto das cidades na sociedade contemporânea, sendo estes, espaços de integração, como também, nos apresenta diferentes manifestações no decorrer de sua produção e seus usos (BORTOLO, 2013, p. 52).

A partir destas ideias, o espaço público é caracterizado como área onde os diferentes grupos sociais compartilham o mesmo território no espaço urbano. Nesse sentido, Sobarzo (2004) considera que “o espaço público é analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais” (SOBARZO, 2004, p. 22). Entretanto, na visão do autor, deve se entender o desenvolvimento destas relações sociais de forma desigual, na medida em que o sistema capitalista estabelece e ordena as transformações urbanas. A partir disso, destaca-se a importância de se observar as modificações ocorridas nos espaços públicos. O modo como se desenvolvem as relações sociais pode ser entendida como reflexo de uma apropriação desigual. Para o autor:

A realidade hoje nos impõe grandes questionamentos para a abordagem do espaço público. A consolidação de novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos – questionam o significado do espaço público. Os novos espaços “públicos” – realmente semipúblicos ou pseudopúblicos – são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos (SOBARZO, 2004, p. 27).

Tendo em vista estas modificações ocorridas nas cidades pode-se dizer que este debate representa uma grande problemática, além disso, mostra a distorção do entendimento do espaço público como uma área de livre acesso e de socialização. Conforme aponta o autor, a partir destas transformações o comportamento dos indivíduos passa a ser regulado e o consumo se torna um objetivo, o que desencadeia um processo de segregação social. Do ponto de vista da arquitetura e urbanismo, esse mesmo olhar sobre os espaços públicos é demonstrado em Silva (2009), quando o autor destaca que a convivência entre as pessoas seria um dos fundamentos da cidade, porém, isso vem sendo radicalmente modificado, em função da emergência de novas tecnologias, e de novos valores culturais pautados no individualismo (SILVA, 2009). Considera-se ainda outro fator determinante neste processo de transformação dos espaços públicos na realidade brasileira, o que o autor chama de um processo de re-significação dos espaços públicos:

Estas re-significações do espaço público contemporâneo podem ser lidas nas cidades brasileiras através do fenômeno da exacerbação e proliferação do seu oposto, o espaço privado, na forma, por exemplo, de *shopping centers* e condomínios residenciais fechados, que procuram deliberadamente reproduzir certas características de espaço coletivo de convivência, não obstante projetem para si muito mais uma convivência entre iguais (SILVA, 2009, p. 11).

Conforme o autor, em relação ao ponto de vista jurídico, fica evidente que o espaço de um shopping Center não é público, apesar de ser um local de uso coletivo, mas, ainda que inserido dentro da esfera privada, é visível que estes lugares promovam um tipo de sociabilidade urbana (SILVA, 2009). Essa re-significação do espaço público é resultado da ausência do Estado que, aliado a uma sociedade desigual, desenvolve a cultura do medo. Dessa forma, a noção daquilo que é público ou a existência de espaços coletivos passa a ser deteriorada, e carregada de adjetivos negativos, representando, muitas vezes uma ameaça à população. Paralelamente a isso, a sociabilidade urbana passa a ser verificada cada vez mais em espaços privados. Para Silva (2009) essa evidência é um dos grandes problemas da cidade brasileira. Um exemplo citado pelo autor do processo de valorização negativa do espaço público ocorreu na cidade de São Paulo no ano de 2007, quando moradores recusaram um projeto de construção de uma praça no local onde um avião se chocou com um prédio comercial. Os moradores vizinhos rejeitaram a proposta alegando que o local poderia virar um ponto de drogas.

Assim “revertendo a lógica segundo a qual o espaço público, a princípio [...] é uma espacialidade urbana aberta e, desta forma, revestida de uma valoração positiva com um potencial para proposição e criação de novas possibilidades, nas cidades brasileiras contemporâneas ele é, ao contrário, sob o imperativo do medo, uma ameaça em potencial” (SILVA, 2009, p. 16).

Nessa perspectiva, Castro (2002) chama de “crises dos públicos” esse momento no qual se passa a associar fatores negativos aos espaços públicos. Para ela “o vazio social do espaço público é determinado pela insegurança, mas o enfraquecimento do papel social e de socialização da cidade tende a incrementar a este sentimento” (CASTRO, 2002, p. 58). Desse modo, a perda do papel integrador das cidades tende a sustentar comportamentos que geram a insegurança. Para a autora, se assiste a uma fragmentação do espaço público ao



passo que, a segurança passa a ser representada nos espaços privados. No contexto da cidade, vale a consideração da relação do espaço público com o poder municipal, sendo este o seu órgão controlador, sendo assim, “o espaço público [...] reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano [...], bem como reflete os múltiplos conflitos de interesses que, geralmente, se resumem como conflitos público-privado” (SOBARZO, 2004, p. 61). Para o autor, a organização das cidades e dos espaços públicos obedece tanto aos ideais do interesse coletivo quanto aos interesses particulares.

Silva (2009, p. 142) ainda desenvolve em seu estudo o conceito de espaço público forte, o autor busca “relacionar a dimensão da materialidade do espaço com uma sociabilidade urbana marcada pela complexidade e diversidade”. Para ele, este processo ocorre quando o centro tradicional migra para outras áreas da cidade, resultando em novas centralidades e no abandono dos espaços públicos das áreas centrais. O centro tradicional, entendido como espaço funcional de atividades comerciais e também, como espaço simbólico e cultural, que proporciona uma sociabilidade, se enfraquece, e deixa de ser a principal área da cidade. Nas palavras do autor:

Esvaziar o centro é também uma forma de esvaziar a própria cidade (e esgotar a heterogeneidade própria do urbano), pois retira aos poucos uma parte de seu “conteúdo” que se condensa em sua área central, dispersando-a pela cidade. Este esvaziamento de funções e atividades leva a uma relativa diminuição dos fluxos que convergem para o centro, resultando numa perda da urbanidade nestes espaços centrais, especialmente os espaços públicos (SILVA, 2009, p. 141).

Este processo que esvazia as atividades centrais da cidade envolve interesses do mercado imobiliário e é resultado de políticas públicas. Essa dispersão implica no enfraquecimento da urbanidade, sendo o centro um espaço simbólico e referencial da cidade (SILVA, 2009). A partir destas ideias, o autor explica o contínuo abandono dos espaços públicos nas áreas centrais. Segundo ele, nas cidades brasileiras, este processo de reestruturação urbana é visto na migração do centro para outras áreas da cidade de órgãos públicos e de atividades ligadas ao lazer, cultura e ensino. “Na contemporaneidade, estamos diante um modelo de sociedade global baseada no consumo e na cultura, acompanhado, conseqüentemente, de novas formas urbanas” (*op. cit.*, 143). Nessa perspectiva, conforme Silva (2009), a cultura muitas vezes é vista como meio de atender a interesses de revitalização urbana, assim, sob o argumento de ofertar a produção e consumo de cultura, ou promover o turismo, determinadas áreas da cidade como centros históricos, áreas centrais degradadas ou os próprios vazios urbanos se tornam objetos privilegiados de renovação urbana.

4 CONCLUSÃO

Mediante as leituras realizadas nota-se que as discussões quanto a temática do lazer e de espaços públicos são bastante complexas. No que tange ao lazer, o que nota-se é a influência do capital sobre as práticas de lazer com o objetivo de obtenção de lucro, na contramão, tem-se a necessidade de uma atenção especial para a obtenção de espaços públicos com condições de exercer de forma digna seu papel para a socialização, o que envolve de forma direta, o lazer. O lazer torna-se cada vez mais evidente mediante as horas vagas da população e que buscam, fora de suas residências, locais onde possam se reunir para a prática de esportes, dança entre outras relações que se traduz, de forma direta, o bem estar e a dignidade humana, garantida, inclusive, na constituição.

No contexto do planejamento urbano, conforme evidenciado em Dumazedier (2000) e Marcellino (1995) o lazer ainda revela uma função cultural das cidades, sendo esta, a responsável pela atração de populações aos centros urbanos. A ideia de desenvolvimento de uma cidade está relacionada com a disponibilidade de opções de lazeres oferecida aos diversos públicos, na medida em que se existe uma carência destas áreas.

No que se refere aos espaços públicos, pode-se evidenciar que nos últimos anos as discussões acerca deste tema têm ocorrido de maneira transversal nas diversas ciências, sendo um tema complexo de se conceituar e importante a ser debatido pelos gestores urbanos.

Neste estudo, buscou-se problematizar a ideia de espaço público e lazer conforme diferentes áreas do conhecimento como a Geografia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo. Apesar de se consistirem áreas distintas, a ideia de espaço público observada aqui é sempre de um espaço político, embora se viva um processo de despolitização da vida pública urbana. Como visto, desde sua concepção, estes locais sempre são vistos como um objeto de estética e embelezamento nas cidades, e não como um espaço político.

Na contramão deste processo, o espaço público pode ser definido como área de grande potencial de socialização e integração das diferentes classes sociais nos centros urbanos, podendo atender a diferentes usos e funções. No entanto, ao passo que o sistema capitalista se consolida e transforma a cidade, os novos espaços do público passam a serem os lugares privados, ainda que neles se reproduzam as características dos espaços coletivos.

A apropriação destes locais, física ou mesmo simbólica, passa a ser uma barreira de impedimento ao livre acesso de alguns indivíduos, colaborando para a segregação social da vida urbana. Por outro lado, a ausência do



Estado na elaboração de políticas públicas e no aproveitamento destas áreas gera muitas vezes o abandono dos espaços públicos, transformando estas áreas em locais de perigo para a população, ou como citado por Silva (2009) contribuindo com a cultura do medo. Em meio a isso, como evidenciado pelo autor, sustenta-se argumentos para o processo de reestruturação urbana, resultado da ação de diversos agentes públicos e privados e mediados pelo poder público, que criam novas áreas para consumo, lazer e cultura da população nos centros urbanos.

REFERÊNCIAS

BORTOLO, Carlos Alexandre de. O espaço público do parque do povo - Presidente Prudente - SP: reflexões geográficas. **Revista Geografia em Atos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v.1, janeiro a junho de 2013, p. 50-65.

CASTRO, Alexandra. Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívica. **Revista Cidades – Comunidades e Territórios**. Dez. 2002, n.05, pp. 53-67.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GOMES, Paulo C. da Costa. – **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 304 p.

LIMA, T. C. S.; MIOTO Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em 16 ago. 2015.

MARCELLINO, N. C. **Lazer, formação e atuação profissional**. Campinas/SP: Papirus 1995.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia. In: **Seminário “O lazer em debate”, 2., 2001, Belo Horizonte**. Coletânea... Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG, 2001.p. 81-93.

MIMOSO, J. **“As actividades de lazer nocturno na Cidade do Porto e seus arredores: uma visão geográfica”**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1998.

SILVA, César Henriques Matos e. **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. Tese (Doutorado) 314 p.: il, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2009.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. 2005. 221 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.